

Depois de 22 meses de negociação entre os governos de Brasil e Estados Unidos, os dois países anunciaram na segunda-feira (19/10) a conclusão de três acordos comerciais inéditos.



A notícia surge a 15 dias de uma eleição presidencial que parece cada vez mais difícil para o republicano Donald Trump, que tenta reeleição e com quem o presidente Jair Bolsonaro fez aproximação pessoal. Os termos dos acordos entre Itamaraty, Ministério da Economia e o Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) preveem abolição de algumas barreiras não-tarifárias no comércio bilateral: a simplificação ou extinção de procedimentos burocráticos, conhecida no jargão empresarial como facilitação de comércio, a adoção de boas práticas regulatórias, que proíbem, por exemplo, que agências reguladoras de cada país mudem regras sobre produtos sem que exportadores do outro país possam se manifestar previamente, e a adoção de medidas anticorrupção.

A mudança afeta todos os setores e pode ter efeito considerável para parte deles. "A Organização Mundial do Comércio estima que a facilitação de comércio pode reduzir em até 13% os custos de exportação para os produtores, e a adoção de boas práticas regulatórias

pode cortar em 20% as despesas para exportadores. É significativo, em um ambiente em que vários setores brigam pela diminuição de um ou dois pontos percentuais em tarifas", avalia Abrão Árabe Neto, vice-presidente-executivo da Câmara Americana de Comércio para o Brasil

(Amcham Brasil).